

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Partidos querem Refis de dívidas, sem juros e multas..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita lista benefícios sob a mira do Fisco..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ESPECIAL - SEGUROS  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência privada: reforço para aposentadoria..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula indica que revisão na Previdência não será focada só em militares..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Como Tebet quer discutir qualidade dos gastos - LU AIKO OTTA..... 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Crianças fantasmas para fraudar o INSS..... 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS chega a 40 milhões de segurados..... 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula critica gestão de Campos Neto à frente do BC; dólar fecha em alta..... 15

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3..... 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência dos militares: despesa com integrantes da reserva aumentou mais de 80% em dez anos, diz TCU..... 17

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula critica taxaço, mas acena com sanção..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Maioria do mercado vê fim de cortes da Selic..... 19

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL  
ECONOMIA

Lula: BC deveria ser autônomo, mas sofre interferências políticas..... 21

O DIA - TERESINA - PI - EM DIA  
SEGURIDADE SOCIAL

A questão da desoneração e a MP 1227 (PIS E COFINS) - VALMIR FALCÃO..... 23

---

Quarta-Feira, 19 de Junho de 2024

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
ECONOMIA

Copom deve frear queda da Selic (Artigo) ..... 24

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Crédito deve manter tendência de alta e crescer 0,7%, aponta Febraban..... 25

# Partidos querem Refis de dívidas, sem juros e multas

**Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília**

Os partidos políticos trocaram a anistia total de suas dívidas por uma proposta de "Refis" em que estarão totalmente anistiados de juros e multas sobre os valores cobrados pelo governo e pela Justiça Eleitoral, além de terem 15 anos para pagarem os débitos "a critério do partido", incidindo apenas a correção monetária sobre o montante original.

O texto é a nova versão da proposta de emenda constitucional (PEC) "da Anistia", que a maioria dos partidos políticos - do PT ao PL - tentou aprovar ano passado em uma comissão da Câmara, mas não obteve apoio suficiente por causa de resistências a mudanças na cota de candidaturas femininas. As cotas para mulheres ficaram de fora da nova redação para diminuir a oposição.

A PEC ficou parada por meses, em negociação nos bastidores, e agora entrou diretamente na pauta do plenário da Câmara. O relator, deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), ainda não divulgou oficialmente seu parecer, mas o Valor teve acesso a uma versão preliminar.

O projeto reduz o percentual de recursos públicos para as candidaturas de pretos e pardos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou em 2020 que o repasse fosse proporcional ao número de candidatos de cada raça - se 50% dos candidatos fossem negros, eles teriam que receber 50% do fundo eleitoral. Pela PEC, essa fatia mínima será de 20%.

O TSE terá que divulgar quanto cada partido terá que repassar em verbas para as candidaturas femininas e de pessoas pretas e pardas logo após o registro das candidaturas. A conta será feita apenas no âmbito nacional, sem necessidade de atendimento proporcional em cada um dos Estados ou municípios do país.

A PEC também determina que haverá a anistia das irregularidades cometidas em eleições anteriores com as cotas raciais e que novas políticas afirmativas para minorias só terão validade se instituídas por lei - ou seja, não poderão mais ser criadas pela Justiça Eleitoral, como ocorreu com as cotas para mulheres e negros.

Criada este ano, a bancada negra na Câmara indicou que tende a se opor a parte das mudanças e quer exigir a proporcionalidade do recursos de forma regional.

Outra questão tratada na PEC é o parcelamento das dívidas dos partidos. A ideia de uma anistia mais ampla sobre todas as dívidas e multas aplicadas pelo Poder Judiciário foi abortada, diante da repercussão negativa na sociedade e no Judiciário. A proposta agora é instituir um "Refis" de débitos, sem especificar quais seriam abrangidos, com parcelamento em até 180 meses.

Pela versão mais atual da PEC, os partidos poderão aderir "a qualquer tempo" e terão isenção de dos juros e multas acumulados, aplicando-se apenas a correção monetária sobre os montantes originais. O pagamento dessas obrigações ocorrerá em até 15 anos, "a critério do partido".

A lei atual já prevê o parcelamento em até 60 meses (cinco anos), mas, segundo advogados, muitas vezes a Advocacia-Geral da União (AGU) rejeita os pedidos.

Se a PEC for aprovada, o prazo de parcelamento será definido pelo próprio partido e caberá a AGU apenas homologá-lo.

Não há regras adicionais sobre o funcionamento desse Refis no texto obtido pelo Valor, mas os envolvidos negam que existirá a possibilidade de que o partido poderá estabelecer, por conta própria, um prazo de carência para iniciar o pagamento ou inscrever nesse Refis dívidas privadas, com fornecedores.

A PEC ainda reafirma a imunidade tributária dos partidos e determina que terão anistiadas todas as "sanções de natureza tributária" por órgãos da administração pública direta e indireta.

Com isso, eles não poderão ser obrigados a devolução de valores, pagamento de juros ou multas pelas condenações.

Segundo advogados que participaram da negociação da PEC, isso visa garantir que não haverá cobrança de **impostos** sobre imóveis ou bens dos partidos e anular autuações da **Receita Federal**, que costumavam ocorrer antes dos anos 2000 e que até

hoje estão em litígio no Judiciário. A imunidade é a mesma garantida a templos religiosos e sindicatos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187906>

# Receita lista benefícios sob a mira do Fisco

**Jéssica Sant"Ana De Brasília**

A **Receita Federal** divulgou uma relação de 16 benefícios tributários que as empresas deverão prestar contas, a partir da criação da chamada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi). Trata-se de uma nova obrigação acessória instituída com o objetivo de coibir fraudes e auxiliar o governo na agenda de correção de "distorções tributárias".

A lista dos benefícios fiscais e demais regras estão na Instrução Normativa nº 2.198, de 2024.

Estão na mira do Fisco: Perse (setor de eventos); Recap (empresas exportadoras); Reidi (infraestrutura); Reporto (setor portuário); óleo bunker; produtos farmacêuticos; desoneração da folha de pagamentos; Padis (indústria de semicondutores); e créditos presumidos em café, laranja, soja, carnes diversas e produtos agropecuários em geral.

As empresas terão de informar os valores que deixaram de recolher e os créditos tributários recebidos.

A entrega da declaração será obrigatória em relação aos benefícios fiscais usufruídos a partir de janeiro deste ano.

No caso dos valores auferidos de janeiro a maio, a apresentação da Dirbi deverá ser entregue à Receita até o dia 20 de julho. Para os demais meses, a declaração deverá ser transmitida até o dia 20 do segundo mês subsequente ao do período de apuração.

Os valores informados serão alvo de auditoria interna da Receita.

Em caso de informação prestada de maneira errônea, será aplicada multa de 3% sobre o valor omitido, inexato ou incorreto.

Já as empresas que não entregarem a declaração estarão sujeitas à multa, que varia conforme a receita bruta, limitada a até 30% do valor dos benefícios fiscais usufruídos.

O tributarista Guilherme Tostes, sócio do Bichara Advogados, avalia que a Dirbi acaba impondo aos contribuintes o ônus de calcular mensalmente duas vezes sua carga tributária: uma para o efetivo

recolhimento dos **tributos**; e outra para atender a essa nova exigência.

"O tema ganha ainda mais relevância quando olhamos para o IRPJ e a CSLL, na sua forma de apuração anual. Embora a entrega da ECF - declaração anual da Empresa - ocorra em julho com base no ano anterior, a empresa deverá antecipar toda o seu fechamento para janeiro, com o intuito de atender o prazo de entrega da DIRBI, visando à declaração de seus benefícios", diz o especialista.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187906>

# Previdência privada: reforço para aposentadoria

**RAPHAEL PATI**

Adquirir uma casa própria, fazer a viagem dos sonhos ou garantir uma estabilidade financeira maior durante a aposentadoria.

Seja qual for o motivo, os planos de previdência privada podem ser boas opções de investimento para quem possui uma renda mais alta e não quer depender apenas dos benefícios da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) mostram que, atualmente, 11 milhões de brasileiros possuem planos de previdência privada aberta, o que representa cerca de 9% de toda a população adulta do país. Desse total, 8,8 milhões adquiriram planos individuais, enquanto que o restante possui a modalidade coletiva. No total, são 14 milhões de planos contratados, segundo a entidade.

Para complementar a aposentadoria e garantir um patrimônio maior no futuro, a agrônoma Maria Eduarda Matos, de 24 anos, aderiu ao plano de previdência privada da empresa onde trabalha.

O que chamou a atenção de Duda foi o incentivo dado aos funcionários para aderir ao plano da empresa, que adiciona uma quantia no mesmo valor da que foi depositada pelo trabalhador a cada transferência automática.

"Esse é um grande chamativo para que os funcionários contribuam para a previdência, além de ser bom, também, para a esfera pessoal. Caso aconteça alguma demissão ou saída do emprego, você está com uma reserva financeira resguardada e, também, pensando no futuro, ainda mais nessas questões trabalhistas", avalia a agrônoma.

Há dois tipos de planos de previdência privada: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) - que é mais indicado para quem entrega a declaração completa do Imposto de Renda (IR) - e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), indicado para quem não precisa acertar as contas com o Leão ou utiliza o modelo simplificado para fazer a declaração.

No caso do PGBL, este plano permite que o valor aplicado seja deduzido em até 12% da renda bruta

tributável que o contribuinte recebeu no ano anterior.

Por conta disso, é destinado a trabalhadores com renda mais alta e que possuem muitos gastos com saúde, educação, alimentação, entre outros. Já para o VGBL, o tributo é cobrado apenas sobre os rendimentos da aplicação e não oferece o benefício da dedução na base de cálculo do IR.

## Vantagens

Para o especialista em finanças e diretor da Valorum Empresarial, Marcos Sarmento Melo, as principais vantagens da previdência privada são: a regularidade de depósito na reserva pessoal, o benefício fiscal e a facilidade de planejamento financeiro para o longo prazo. Apesar disso, ele explica que o melhor é ter em mente quais são os objetivos do interessado ao contribuir "A previdência é ótima para quem pretende fazer uma renda vitalícia a partir de uma data em futuro mais distante, após quinze anos, por exemplo, ou se pretende acumular uma quantidade maior de dinheiro para gastar em algo específico, como um imóvel, uma grande viagem, transferir volume maior de recursos para os filhos e outros fins", explica Melo.

A planejadora financeira pessoal da Libratta, Gabriela Vale, também considera que é preciso ficar atento à rentabilidade do produto ao longo do tempo, acompanhando o saldo a cada 6 meses, pelo menos.

"Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

E lembrar que há a possibilidade de portabilidade caso haja outra previdência, em outra instituição, com uma melhor perspectiva", pontua.

## Servidores

Além da diferença entre VGBL e o PGBL, os planos de previdência privada também podem ser classificados como abertos ou fechados.

No primeiro caso, qualquer cidadão adulto pode adquirir o produto, independente de estar vinculado, ou não, a uma determinada empresa - atendendo às exigências específicas de cada instituição -, e pode ser feita em um balcão de uma agência bancária, por exemplo.

Já as previdências fechadas são destinadas a públicos específicos, geralmente trabalhadores de uma determinada empresa que possui um plano somente para ela. Um dos casos mais conhecidos são os **servidores públicos**.

A nível federal, a Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público da União atua nas categorias de funcionários do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) e do Executivo e Legislativo (Funpresp-Exe).

O diretor-presidente da Funpresp, Cícero Dias, explica que qualquer servidor destas categorias, que recebem acima do teto do regime geral - que hoje está em torno de R\$ 7,7 mil - pode aderir à Funpresp com direito à contribuição patronal. "A cada real que o servidor coloca (no fundo), a União, como o empregador, coloca junto na conta dele, de **previdência complementar** individual", explica.

Além desta vantagem, o servidor que adere à Funpresp também consegue deduzir o valor do plano no Imposto de Renda.

"Então, em outras palavras, ele economiza no imposto quando ele contribui. Dessa forma, parte da contribuição que ele faz à Funpresp vem desse imposto que ele deixa de pagar", acrescenta o diretor.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6092/19-06-2024.html?all=1>**

# Lula indica que revisão na Previdência não será focada só em militares

**JENIFFER GULARTE. GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL** [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou em reunião com auxiliares na manhã de ontem que a revisão na previdência dos militares não deve ocorrer de forma imediata. Segundo um interlocutor que esteve com o presidente, ele afirmou que uma mudança, caso ocorra, deve ser mais ampla e não focar apenas nas Forças Armadas.

A reforma nas regras de aposentadoria de militares foi defendida pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista ao GLOBO na semana passada. Essa foi uma das propostas apresentadas ao presidente pela ministra para reduzir despesas e equilibrar as contas públicas.

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que o regime dos militares é o que tem maior déficit per capita, de R\$ 158,8 mil, entre os sistemas previdenciários. Há dez anos, estava em R\$ 110,889 mil. As despesas com o pessoal da reserva das Forças Armadas subiram de R\$ 31,848 bilhões em 2014 para R\$ 58,796 bilhões em 2023, alta de 84,6%, segundo o Tribunal.

Ontem, Lula se reuniu com o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, e o vice-presidente Geraldo Alckmin. No encontro, Lula sinalizou que o tema ainda será muito debatido no governo até que haja definição. O presidente indicou que não é algo a curto prazo e que, primeiro, o governo quer enfrentar a questão dos subsídios e supersalários.

- A equipe econômica tem que me apresentar as necessidades de corte. Ontem (segunda-feira), quando eu vi a demonstração da Simone Tebet, disse para ela que fiquei perplexo. Agente discutindo corte de R\$ 10 bilhões ali, R\$ 15 bilhões aqui e, de repente, você descobre que tem R\$ 546 bilhões de benefício fiscal para os ricos nesse país, como é que é possível? -disse Lula em entrevista à rádio CBN ontem.

A interlocutores, Mucio tem se colocado contra uma iniciativa que atinja apenas militares. A alteração de regras de aposentadoria, aponta, seria mais bem aceita se houvesse revisão de outros gastos do governo. O ministro afirma que a revisão na

previdência dos militares só faria sentido se o governo enfrentar os supersalários do Judiciário e demais servidores do Executivo.

Setores do governo também têm resistências a mudanças pelo temor de que uma proposta neste sentido possa estremecer a relação do Planalto com as Forças Armadas, atualmente estabilizada.

## DÉFICIT CRESCENTE

Na segunda-feira, após reunião da equipe econômica com Lula, Tebet afirmou que gastos da previdência são uma das grandes preocupações de Lula, juntamente com o aumento dos subsídios e isenções.

Tebet, em entrevista ao GLOBO, dissera que tudo estava na mesa para ajustar as contas, inclusive uma reforma previdenciária que, "ainda de forma gradativa, atinja os militares". Ela lembrou que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez um alerta em relação à previdência dos militares.

A possibilidade de revisão da previdência dos militares já gera ruídos no primeiro escalão do governo, além de sofrer resistência de integrantes das Forças Armadas. Desde a entrevista de Tebet sobre a possibilidade da reforma, Mucio tem dito a interlocutores ser contra a iniciativa. Militares de alta patente afirmam que "tocar no vespeiro" poderia tumultuar a relação entre governo e quartéis, em momento de tranquilidade.

Militares argumentam, para manter as regras de aposentadoria, que não recebem hora extra, adicional noturno, FGTS e há defasagem salarial, principalmente no topo da carreira. Além disso, podem ser convocados a qualquer momento.

## SISTEMA MAIS CARO

O último ajuste feito no regime das Forças Armadas foi em 2019, quando foi instituída a contribuição de pensionistas. Mas, de forma geral, a categoria foi beneficiada por ajustes na carreira que resultaram em ganhos salariais. Como a categoria tem direito à integralidade (último salário da carreira) e os mesmos reajustes de salários dos ativos, a despesa com inativos é crescente. De 2014 a 2023, o descasamento entre receitas e despesas do regime de aposentadoria

saiu de R\$ 29,505 bilhões para R\$ 49,727 bilhões. Cada beneficiário, militar inativo e pensionistas, custa para a União R\$ 187,761 mil.

O sistema é proporcionalmente o mais caro para a União, na comparação com os regimes previdenciários dos servidores civis federais e dos trabalhadores do setor privado (**INSS**): o déficit por pessoa no regime próprio do funcionalismo foi de R\$ 68,784 mil em 2023 e dos demais trabalhadores, R\$ 9,423 mil.

A disparidade entre os três regimes é explicada pelas reformas realizadas nos últimos governos. A mais ampla delas, aprovada em 2019, afetou trabalhadores do setor privado e servidores civis.

Ao julgar as contas do governo de 2023, na semana passada, o TCU apontou a necessidade de rever o regime previdenciário militar.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Como Tebet quer discutir qualidade dos gastos - LU AIKO OTTA

## LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

Tão importante quanto construir propostas para alterar a estrutura do Orçamento federal e evitar o colapso do arcabouço fiscal é encontrar a narrativa adequada, avalia-se nos bastidores do governo. O ambiente político de nervos à flor da pele assim o recomenda.

Tanto é assim que não se ouve de integrantes do governo a palavra "corte" ou "eliminação" como objetivo dos debates em torno das despesas.

Fala-se em "modernização" das vinculações orçamentárias, com foco na qualidade do gasto. Essas serão perseguidas com o objetivo principal de reforçar áreas do Orçamento que precisam de mais dinheiro.

Como efeito secundário, aí sim poderá haver redução de algumas despesas, explica-se.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, deu um exemplo sobre como espera conduzir essa discussão ao falar sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em reunião na Comissão Mista de Orçamento, na semana passada. Vai na linha de repensar mecanismos que faziam sentido quando foram criados, mas talvez não mais.

O Fundeb, explicou Tebet, recebia R\$ 2 bilhões em 2007, chegando a R\$ 10 bilhões em 2011. Por uma decisão política "nossa", disse a ministra e ex-senadora, esses recursos foram expandidos para R\$ 46,9 bilhões neste ano e atingirão a cifra de R\$ 72,4 bilhões em 2028.

São recursos para o ensino fundamental. Porém, o número de matrículas nessa faixa recuou 8 milhões nos últimos 20 anos, apontou. Famílias são hoje menos numerosas.

O objetivo é melhorar a qualidade do ensino, mas isso não tem se refletido nos resultados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), pontuou a ministra. "Eu injetei, injetei, injetei dinheiro; eu tripliquei, quadruplei o valor; e olhem o que

aconteceu aqui com o Pisa", comentou, mostrando um gráfico. "A nossa nota vem caindo." Em 2022, a nota dos estudantes brasileiros na prova de matemática do Pisa foi em média 379 pontos, cinco a menos do que em 2018 e 93 abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Não estou dizendo que é para tirar dinheiro do Fundeb", afirmou Tebet. "Eu só estou dizendo que há alguma coisa errada na aplicação desse recurso." Citou um exemplo: 70% dos recursos do Fundeb vão para os salários dos professores. "Estamos cobrando qualidade? Estamos cobrando curso de qualificação?" Questionou ainda se esses recursos não trariam melhor retorno para a sociedade se fossem empregados, por exemplo, para reforçar o programa Pé-de-Meia, que incentiva estudantes do ensino médio a permanecer na escola.

A deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP), professora, disse que o Brasil tem uma "dívida histórica" com sua sociedade, pois investe em educação básica um terço do que fazem os países da OCDE.

Citou dados sobre como persistem no país o analfabetismo e as crianças sem acesso a creche.

"Faço coro a todas as suas colocações", respondeu Tebet.

O que os dados citados pela professora reforçam, comentou a ministra, é que "há algo errado" não com as receitas para a educação, mas com seu uso.

É dessa forma cuidadosa que se pretende levar o debate. O que parece difícil, uma vez que o próprio partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT, emitiu na segunda-feira uma nota atacando a proposta de rever as regras que reajustam automaticamente os pisos de despesas com saúde e educação.

Por outro lado, o próprio Lula disse ontem, em entrevista à CBN, que não há discussão descartada pelo lado das despesas - num recado importante para dentro do governo, onde há resistências.

O trabalho para equilibrar o Orçamento pelo lado das despesas segue três eixos, explicou Tebet à CMO. O

primeiro é o da revisão vertical das políticas públicas. É a que combate fraudes e vai permitir uma economia de R\$ 7,2 bilhões em benefícios do **INSS** em 2025 e R\$ 2 bilhões em pagamentos do seguro Proagro.

Vai avançar sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujos gastos apresentam um crescimento fora dos padrões que merece ser investigado, pontuou. Também o seguro-defeso, que beneficia 800 mil pescadores quando os dados do IBGE registram a existência de 250 mil.

O segundo eixo é a revisão de benefícios tributários, a cargo do Ministério da Fazenda. Um vespeiro, como se viu na devolução da MP 1.227/24, que tratava de créditos do PIS/Cofins.

O terceiro eixo é onde estão alterações estruturais no orçamento, como a "modernização" das vinculações. Exigirão mudanças na Constituição - num ambiente altamente polarizado e em ano eleitoral.

É nesse contexto político difícil que pode ser retomada a antiga Desvinculação de Receitas da União (DRU). O mecanismo, criado há 30 anos, estabelece uma desvinculação linear de recursos. Por isso, difere da linha principal de trabalho da equipe econômica.

Mas, se as discussões não avançarem, poderá ser a alternativa vencedora.

Se o quadro se confirmar, estará demonstrada mais uma vez a dificuldade de se fazer uma discussão madura sobre qualidade do gasto público, como propõe Tebet. Uma pena.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187906>

# Crianças fantasmas para fraudar o INSS

MACEIÓ

Organização criminosa criava "crianças fantasmas" de segurados já mortos para receber o benefício de pensões por morte do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). E causou prejuízo próximo a R\$ 13 milhões aos cofres públicos.

Foi o que descobriu a Polícia Federal após realizar ontem, em Alagoas, a Operação Geração Espontânea, que visa combater fraudes contra o **INSS** na concessão de pensões por morte.

A operação Geração Espontânea tem o apoio da Coordenação-Geral de Inteligência da **Previdência Social**. De acordo com as investigações, cadastros de segurados falecidos do Regime Geral de **Previdência Social** eram selecionados, com o auxílio de um servidor do **INSS**, para servirem de instituidores de pensões.

Selecionado o instituidor, o grupo investigado passava à fase de recrutar pessoas, geralmente mulheres, que aceitavam a tarefa de servir como supostas genitoras de crianças fictícias.

Essas crianças eram "criadas" a partir de Registros de Nascimento ideologicamente falsos e passavam a figurar como dependentes do segurado falecido.

Além das mensalidades, os benefícios concedidos geravam créditos retroativos que eram repassados à organização criminosa.

Foram identificadas 119 pensões por morte concedidas com indícios de irregularidades, das quais 75 foram cessadas no decorrer das investigações como medida para estancar o prejuízo ao Erário. Todos os benefícios contendo indícios de irregularidades serão revisados pelo **INSS**.

O prejuízo estimado provocado pelas ações criminosas investigadas soma quase R\$ 13 milhões.

Apesar disso, a suspensão dos benefícios por meio de revisão a ser efetuada pelo **INSS** pode gerar uma economia estimada em cerca de R\$ 10 milhões relativos a pagamentos futuros indevidos.

As condutas investigadas configuram o crime previsto de obter, para si, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, em

detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

ENTENDA

Prejuízo de quase R\$ 13 milhões

Como funcionava?

0E ACORDO COM as investigações, cadastros de segurados falecidos do Regime Geral de **Previdência Social** eram selecionados, com o auxílio de um servidor do **INSS**, para servirem de instituidores de pensões.

SELECIONADO O INSTITUIDOR. O grupo investigado passava à fase de recrutar pessoas, geralmente mulheres, que aceitavam a tarefa de servir como supostas genitoras de crianças fictícias. Essas crianças eram criadas a partir de Registros de Nascimento ideologicamente falsos e passavam a figurar como dependentes do segurado falecido.

ALÉM OAS MENSALIDADES. OS benefícios concedidos geravam créditos retroativos que eram repassados à organização criminosa.

Mais de 100 pensões

FORAM identificadas 119 pensões por morte concedidas com indícios de irregularidades, das quais 75 foram cessadas no decorrer das investigações como medida para estancar o prejuízo ao Erário. Todos os benefícios contendo indícios de irregularidades serão revisados pelo **INSS**.

O PREJUÍZO estimado gerado pelas ações criminosas investigadas soma quase R\$ 13 milhões. Apesar disso, a suspensão dos benefícios por meio de revisão a ser efetuada pelo **INSS** pode gerar uma economia estimada em cerca de R\$10 milhões relativos a pagamentos futuros indevidos.

Fontes: Polícia Federal e Revista Veja.

Mudança não só para os militares

O presidente Lula indicou em reunião ontem que uma eventual revisão na previdência dos militares não deve ocorrer de forma imediata. Ele também afirmou que uma eventual mudança, caso de fato ocorra deve ser mais ampla e não focar apenas em integrantes das

Forças Armadas.

Lula se reuniu com o ministro da Defesa. José Mucio Monteiro e o vice-presidente Geraldo Alckmin e sinalizou que o tema ainda será muito conversado dentro do governo até que haja uma definição.

O presidente indicou que não é algo para curto prazo e que, primeiro, governo quer enfrentar a questão dos subsídios, desonerações e alguns privilégios de supersalários.

# INSS chega a 40 milhões de segurados

**Leticia Lopes**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passou da marca de 40 milhões de beneficiários no mês passado.

Até abril, eram 39.900.730 aposentados, pensionistas e demais segurados recebendo auxílios previdenciários. Em maio, o total chegou a 40.088.985.

Os dados foram compilados pelo **INSS** neste mês. A maior parte - cerca de 28 milhões ou 70% do total - recebe benefícios de até um salário mínimo (R\$ 1.412).

Na outra ponta, apenas 3.841 pessoas recebem o teto previdenciário, atualizado neste ano para R\$ 7.786,02.

Entre esses 3.841 beneficiários há aqueles que ganham acima do teto previdenciário.

Segundo o **INSS**, são poucos os segurados que se enquadram nesta situação, sendo principalmente aqueles que se aposentaram com regras passadas que já não valem mais, mas eles têm direito adquirido.

De acordo com o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Alexandre Triches, a lei prevê dois cenários em que é possível ultrapassar o teto. Um deles é no caso de quem se aposenta por incapacidade permanente (a antiga aposentadoria por invalidez) num dos quadros de saúde em que a lei prevê, além do pagamento do benefício, adicional de 25%.

- Se esse segurado ganha o teto, ele vai receber um adicional e vai ultrapassar o limite - explica.

A outra hipótese prevista, ainda de acordo com Triches, é nos casos do salário-maternidade.

O benefício é garantido às seguradas em caso de afastamento da função por parto, aborto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. O diretor do IBDP explica ainda que, no caso das empregadas formais e das trabalhadoras avulsas, o benefício é pago diretamente pelo empregador (ou pela entidade reguladora, no caso das trabalhadoras avulsas), e no valor do salário usual: - Se o salário for maior que o teto, esse benefício supera o limite de R\$ 7 mil. E mesmo não sendo pago pelo **INSS**, isso é entendido pela Previdência como benefício. A empresa "terceiriza" esse pagamento, e isso é posteriormente

compensado pelo **INSS** à empresa.

ACIMA DO LIMITE Em alguns casos, aposentados têm direito a um adicional de 25% no benefício

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Lula critica gestão de Campos Neto à frente do BC; dólar fecha em alta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez severas críticas à gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central (BC) em entrevista a uma rádio nessa terça-feira (18/06). Na ocasião, Lula ainda levantou suspeitas sobre a proximidade de Campos Neto com a oposição, sugerindo que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, pode ter mais influência sobre o BC do que o próprio governo federal. "A única coisa que está desajustada no Brasil agora é o comportamento do Banco Central. Temos um presidente do BC que não mostra autonomia e tem um clo presidente.

Lula também destacou sua vasta experiência como chefe de Estado, citando a nomeação do economista Henrique Meirelles, que liderou o BC de 2003 a 2011. "Duvido que Roberto Campos tenha mais autonomia do que Meirelles tinha," comentou, criticando a proximidade de Campos Neto com Tarcísio de Freitas.

Lula mencionou que Campos Neto foi convidado a integrar a equipe econômica do governador paulista durante um evento em São Paulo. "Não foi um encontro casual; foi uma homenagem organizada por Tarcísio. Certamente, o governador está satisfeito com a taxa de juros em 10,5%" observou Lula. Para ele, a atual taxa de juros é injustificável e não condiz com a realidade econômica do Brasil, reconhecida internacionalmente por seu otimismo. "Tenho discutido com líderes globais e representantes de instituições financeiras como FMI, Citibank e Santander, que apontam o Brasil como um dos destinos mais promissores para investimen- tos," disse Lula.

Lula argumentou que, com a **inflação** sob controle, a taxa de juros deveria ser **reduzida** para fomentar investimentos no setor produtivo. Ele criticou a abordagem do Banco Central, que, segundo ele, inventa justificativas baseadas em uma hipotética **inflação** futura. "Precisamos lidar com a realidade presente," afirmou.

**Cenário atual** O presidente Lula também abordou as aparentes contradições nas políticas fiscais e econômicas do país. Ele criticou aqueles que, enquanto condenam os gastos governamentais, apoiam desonerações para setores lucrativos. Lula destacou a recente taxação de pequenas importações, geralmente feitas por pessoas de baixa renda, enquanto compras de até US\$ 2 mil feitas por

viajantes ao exterior permanecem isentas.

"O que vemos são os ricos se beneficiando de isenções e criticando os gastos que beneficiam os pobres," disse Lula. Ele se mostrou disposto a discutir seriamente o orçamento com diversos setores da sociedade, mas frisou que as soluções não devem penalizar os mais humildes.

Lula mencionou a recente aprovação de desonerações para 17 setores da indústria, questionando a falta de contrapartidas para os trabalhadores, como garantias de emprego ou aumento salarial. "Essas desonerações só serviram para aumentar os lucros, sem nenhum compromisso com os trabalhadores," lamentou. Ele também destacou o impacto das isenções fiscais na **Previdência Social**, que já consome quase R\$ 1 trilhão. Lula afirmou que a responsabilidade de encontrar uma solução recai sobre os empresários beneficiados e o Senado. "Se não houver um acordo, as desonerações serão eliminadas conforme a decisão da suprema corte. Espero que haja maturidade para se chegar a um consenso," concluiu.

**Reflexos** Como reflexo das palavras do presidente, bem como em razão da expectativa de o Comitê de Política Monetária (Copom) manter inalterada a Selic, a taxa básica de juros), cuja decisão será anunciada hoje, o dólar subiu 0,20% e atingiu R\$ 5,432 nessa terça-feira (18), virando no fim da sessão após ter passado a maior parte do dia em queda. A manutenção da taxa Selic em 10,50% foi também prevista pelo boletim Focus: agora, economistas consultados pelo BC esperam que não haja mais nenhum corte nos juros até o final do ano. A projeção é 0,25 ponto percentual maior do que projetada no último ajuste de expectativas, após duas semanas sem alterações.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 19/06/2024 - 07:15 Por  
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (19) a parcela de junho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,75. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,23 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,58 milhões de famílias estão na regra de proteção em junho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,54.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 3. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

# Previdência dos militares: despesa com integrantes da reserva aumentou mais de 80% em dez anos, diz TCU

No alvo da equipe econômica para promover cortes de gastos públicos, o custo para os cofres públicos com pessoal da reserva das Forças Armadas subiu de R\$ 31,85 bilhões em 2014 para R\$ 58,8 bilhões, entre 2014 e 2023, um crescimento de 84,6%, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse período, o descasamento entre receitas e despesas do regime de aposentadoria saiu de R\$ 29,51 bilhões para R\$ 49,73 bilhões.

Cada beneficiário, militar inativo e pensionistas, custa para a União R\$ 187,76 mil. Como as despesas com contribuição superam as receitas, o déficit per capita, por pessoa, atingiu R\$ 158,8 mil no ano passado. Há dez anos, estava em R\$ 110,9 mil.

O sistema é o mais caro para a União, na comparação com os regimes previdenciários dos servidores civis federais e dos trabalhadores do setor privado (**INSS**): o déficit por beneficiário do regime próprio dos funcionários públicos foi de R\$ 68,79 mil em 2023 e dos demais trabalhadores, R\$ 9,42 mil.

A disparidade entre os três regimes é explicada pelas reformas realizadas nos últimos governos. A mais ampla delas começou a ser gestada no governo de Michel **Temer** e aprovada pelo Congresso em 2019 na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que impôs idade mínima para a aposentadoria.

As mudanças afetaram trabalhadores do setor privado e servidores civis. No caso dos militares das Forças Armadas, houve algumas alterações, como contribuição de pensionistas. Mas de forma geral, a categoria foi beneficiada por ajustes na carreira, que resultaram em ganhos salariais.

Como a categoria tem direito à integralidade (último salário da carreira) e os mesmos reajustes dos que estão na ativa, a despesa com inativos é crescente.

Os principais argumentos utilizados pelas Forças Armadas e acatados pelo governo para preservar a categoria foram as peculiaridades do regime militar, que não tem direitos trabalhistas, como hora extra, adicional noturno, FGTS e a defasagem salarial,

principalmente no topo da carreira.

Ao julgar as contas do governo de 2023, na semana passada, o TCU apontou a necessidade de rever o regime previdenciário das Forças Armadas.

-- Em conjunto, Previdência + Carreiras e Salários (aprovado em 2019) beneficiou os militares, sobretudo em um contexto de restrição fiscal, na vigência do teto de gastos e com uma reforma muito mais dura para os servidores civis e o trabalhador em geral -- destacou um ministro do TCU.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, que acompanhou o julgamento das contas do governo no TCU, passou a defender uma reforma na previdência dos militares, como afirmou em entrevista ao GLOBO recentemente. A proposta faz parte do pacote de corte de despesas a serem levadas ao presidente Lula para ajudar a fechar as contas públicas, sobretudo a partir de 2025.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/19/pr-videncia-dos-militares-despesa-com-integrantes-da-reserva-aumentou-mais-de-80percent-em-dez-anos-diz-tcu.ghtml>

# Lula critica taxaço, mas acena com sanço

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que irá sancionar a volta da cobrança de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 260). Ele, no entanto, disse que acha a medida "equivocada".

Em entrevista à CBN, afirmou que a "taxa das blusinhas", como ficou conhecida a taxaço, penaliza os mais humildes: - São coisas que estão aí, baratinhas. Coisas para pintura, para cabelo. Um monte de coisa. Por que taxar US\$ 50? Por que taxar o pobre e não taxar o cara que vai no freeshop gastar US\$ 1 mil?

Apesar das críticas, Lula alegou que deve sancionar a proposta "pela unidade do Congresso e do governo".

Aprovado pela Câmara e pelo Senado, o retomo da tributação, com alíquota de 20%, foi inserido como "jabuti" no projeto que institui o Mobilidade Verde e Inovação (Mover), programa cujo objetivo é reduzir as taxas de emissão de carbono da indústria de automóveis até 2030. Atualmente isentas de tributos federais, compras até US\$ 50 são comuns em sites de varejistas estrangeiros, como Shopee, AliExpress e Shein.

Isenções Em um momento de pressão por cortes de despesas em razão da situação fiscal, Lula afirmou que o governo está avaliando alternativas e, inclusive, se há "exagero" em programas sociais.

Ele, no entanto, disse ter ficado "perplexo" com o volume de subsídios concedidos e cobrou contrapartida de empresas: - As mesmas pessoas que falam que é preciso parar de gastar são as pessoas que têm R\$ 646 bilhões em isenção, desoneração de folha. São os ricos que se apoderam de uma parte do orçamento do país e eles se queixam com o que está gastando com o povo pobre. Acabamos de aprovar a desoneração para 17 setores, qual é a contrapartida que esses grupos trazem para o trabalhador?

Lula ainda afirmou que cabe aos empresários e senadores encontrarem uma alternativa para compensar as perdas de receita com a prorrogação da desoneração da folha.

Ataque a Campos Neto e possibilidade de candidatura

Na entrevista de ontem à CBN, Lula também voltou a criticar o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e confirmou que está disposto a

concorrer em 2026, entre outros assuntos

## "LADO POLÍTICO"

Lula afirmou que o presidente do BC tem "lado político" e "trabalha muito mais para prejudicar o país do que para ajudar o país", citando eventos dos quais Campos Neto participou com o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, possível candidato a presidente: - A festa foi do Tarcísio para ele. Homenagem do governo de São Paulo para ele, certamente porque o governador de SP acha maravilhoso taxa de juros de 10,5%.

## "TROGLODITAS"

Embora tenha afirmado que concorrer novamente em 2026 "não é a primeira hipótese" e que "tem muita gente boa para ser candidato", ele afirmou que pode vir a disputar a eleição "se for necessário para evitar que trogloditas voltem a governar", em alusão ao grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro: - Não permitirei que o Brasil seja novamente governado por negacionista.

## "CONTRADITÓRIO"

O presidente também reconheceu que é contraditória a decisão do governo de explorar as reservas de petróleo na Margem Equatorial, próximo à Foz do Amazonas, ao mesmo tempo em que defende matrizes menos poluentes: - É contraditório? É, porque estamos apostando muito na transição energética. Ora, enquanto a transição energética não resolve o nosso problema, o Brasil tem de ganhar dinheiro com esse petróleo.

**Site:** [http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?\\_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719](http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719)

# Maioria do mercado vê fim de cortes da Selic

**ALVARO GRIBEL**

Depois de sete quedas consecutivas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve anunciar hoje a manutenção da taxa básica de juros em 10,50% ao ano. Essa é a previsão majoritária do mercado financeiro, embora algumas poucas casas ainda apostem em uma redução adicional (de 0,25 ponto) para, só então, a Selic parar de cair.

Do ponto de vista do mercado, mais importante do que a parada ou um corte adicional, explicam os economistas, é que a decisão seja unânime - depois da divisão na reunião de maio. Na ocasião, cinco diretores herdados do governo Jair Bolsonaro votaram pela redução da Selic em 0,25 ponto, enquanto os quatro indicados pelo atual governo votaram por queda maior, de 0,5 ponto.

O placar levantou suspeitas de que poderia haver uma divisão política dentro do Copom, o que contribuiu para a piora das expectativas.

Segundo levantamento do Projeções Broadcast feito em 7 de junho, 43 de 50 instituições financeiras consultadas apostavam na manutenção da taxa em 10,50% ao ano. Pelo boletim Focus divulgado na segunda-feira, a mediana das expectativas já aponta que a Selic chegará a dezembro em 10,50% - ou seja, sem novos cortes neste ano.

Para o economista Sérgio Goldenstein, da Warren Investimentos, o BC tem cinco motivos para interromper os cortes.

Além da piora do dólar, do aumento das expectativas de **inflação** e da necessidade de recuperar a credibilidade, após o racha da última reunião, ele entende que houve um agravamento dos riscos fiscais e foram divulgados indicadores mais fortes de atividade e do mercado de trabalho - o que tende a pressionar a **inflação** de serviços.

"Acreditamos que o Copom sinalizará a necessidade de política monetária mais restritiva do que a projetada anteriormente. Uma decisão consensual pela manutenção da Selic no atual patamar é essencial para que o Copom reconquiste sua credibilidade, evidenciando o caráter técnico de suas decisões. Isso abriria espaço para uma posterior reancoragem, ainda

que parcial, das expectativas de **inflação**", afirmou.

Já Eduardo Velho, estrategista-chefe da JF Trust, diz que o mercado e o BC ainda vão esperar pelo plano de corte de gastos que vem sendo sinalizado pela equipe econômica.

"Afirmar que vai "observar o espaço de remanejamento de gasto" é uma coisa; cortá-los, efetivamente, e reverter a tendência de piora do déficit fiscal de 2024 e 2025 é outra. E avaliamos que tem pouca probabilidade de sucesso", afirmou o economista.

Entre as casas que ainda acreditam em uma nova redução de 0,25 ponto está o Bank of America. Ainda assim, o corte adicional seria o último do ano, de acordo com o economista David Beker. "A política monetária se mantém contracionista mesmo com a Selic caindo para 10,25%. Os juros reais em 12 meses permaneceriam próximos de 7,3%, muito acima da taxa neutra de 4,5% calculada pelo BC. Enfatizamos a importância de uma decisão unânime, o que ajudaria o Banco Central a recuperar a credibilidade", disse Baker, em relatório.

**FATORES EXTERNOS.** O cenário externo também tem forte influência sobre a decisão do BC brasileiro. Se no fim do ano passado as apostas eram por vários cortes de juros por parte do Federal Reserve (Fed, o BC americano), agora o cenário mais provável passou a ser de uma única redução, em dezembro.

Dados mais fortes de atividade por lá, assim como indicadores de **inflação** ainda longe da meta de 2%, adiaram o início da redução dos juros, que se encontram no patamar entre 5,25% e 5,50%. Os juros altos nos EUA por mais tempo atraem investimentos em renda fixa nos EUA e fortalecem o dólar globalmente.

Pelas contas do economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria, as incertezas internas impulsionaram essa piora e foram responsáveis por mais da metade da alta do dólar sobre o real neste ano, como mostrou o Estadão.

"Uma decisão consensual pela manutenção da Selic é essencial para que o Copom reconquiste sua credibilidade, evidenciando o caráter técnico de suas

decisões"

Sérgio Goldenstein Warren Investimentos

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula: BC deveria ser autônomo, mas sofre interferências políticas

**Agência Brasil**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou nesta terça-feira (18) a forma como o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, tem conduzido as políticas da instituição. Em entrevista à Rádio CBN, ele disse que a aproximação do presidente do banco com a oposição levanta suspeitas, chegando a admitir que, provavelmente, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, exerça influência maior no BC do que o próprio governo.

"Nós só temos uma coisa desajustada no Brasil neste instante. É o comportamento do Banco Central. Temos um presidente do BC que não demonstra nenhuma capacidade de autonomia e que tem um claro lado político. Na minha opinião, ele trabalha muito mais para prejudicar do que para ajudar o país", afirmou o presidente.

Lula afirmou que é um dos chefes de Estado com mais experiência em toda a história do país. E citou sua escolha pelo economista Henrique Meirelles, que esteve à frente do BC de 2003 a 2011. "Eu duvido que esse Roberto Campos tenha mais autonomia do que tinha o Meirelles", afirmou o presidente, ao criticar a aproximação de Campos com o governador de São Paulo.

"Sinceramente, acho que o Tarcísio de Freitas tem mais influência [com o Roberto Campos] do que eu", disse Lula ao se referir ao pedido do presidente do BC para integrar a equipe econômica do governador de São Paulo durante evento na capital paulista.

"Não é que ele se encontrou com Tarcísio numa festa. A festa foi do Tarcísio para ele [Roberto Campos]. Foi uma homenagem que o governo de São Paulo fez para ele. Certamente porque o governador está achando maravilhosa a taxa de juro em 10,5%", completou.

Segundo ele, não há nenhuma explicação que justifique a taxa de juro atual, e isso é percebido até mesmo por autoridades estrangeiras, inclusive financeiras. "Tenho viajado o mundo e tenho conversado com muitos presidentes. Recebi presidentes do FMI [Fundo Monetário Internacional]; de bancos asiáticos; do Citibank; do Santander. Todos os bancos demonstram que não há país com mais

otimismo do que o Brasil. Prova disso é que fomos o segundo país a receber mais investimento externo".

"Portanto, temos uma situação que não necessita desta taxa de juros. O Brasil não pode continuar com essa taxa proibitiva de investimento no setor produtivo. Precisamos baixá-la para um nível compatível com a **inflação**, que está totalmente controlada. Só que agora ficam inventando o discurso de **inflação** do futuro. Vamos trabalhar em cima do que é real".

Para o presidente, juros altos não condizem com o contexto de baixa **inflação**, promovidos por um Banco Central que deveria ser autônomo, mas sofre interferências políticas da oposição.

Lula também apontou o que chamou de contradições que retratam o cenário atual do país. Ele disse que os que hoje criticam gastos do governo são os mesmos que defenderam desonerações de setores com altos lucros. Na entrevista, Lula afirmou que legisladores se mobilizam para taxar pequenas importações, geralmente feitas por pobres, sem cogitar fazer o mesmo com os ricos. Sua fala foi uma referência à proposta de taxação, aprovada recentemente no Congresso, de compras de até US\$ 50 feitas pela internet, e a não taxação de compras de até US\$ 2 mil de quem viaja para o exterior.

"O que está acontecendo hoje é que as mesmas pessoas que falam que é preciso parar de gastar são as que têm R\$ 546 bilhões de isenções e de exoneração de folha de pagamento. Ou seja, são os ricos que se apoderam de uma parte do orçamento do país e se queixam daquilo que você está gastando com o povo pobre", observou.

O presidente se disse disposto a discutir "de forma séria" o orçamento com parlamentares, empresários, banqueiros e com a imprensa, mas garantiu que a solução não será "em cima das pessoas mais humildes deste país".

"Acabamos de aprovar uma desoneração para 17 setores da indústria brasileira, e qual foi a contrapartida deles para o trabalhador? Qual é a estabilidade no emprego que eles garantiram? Qual foi o aumento do salário que asseguraram? Nenhum. Tudo foi apenas para isentar da carga fiscal. Não teve nenhum compromisso com o povo trabalhador. O

compromisso que se teve foi apenas o de aumentar o lucro", argumentou o presidente.

# A questão da desoneração e a MP 1227 (PIS E COFINS) - VALMIR FALCÃO

**VALMIR FALCÃO**

O Congresso Nacional derrubou, de forma parcial, a Medida Provisória MP 1227 que restringia o uso de créditos tributários do PIS e COFINS.

O que são PIS/COFINS ? O PIS e Cofins são tributações previstas nos artigos 195 e 239 da Constituição Federal. PIS é a abreviação de Programa de Integração Social e COFINS significa Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**. Quem deve pagar? Todas as pessoas jurídicas que tenham finalidade lucrativa devem pagar PIS/COFINS , portanto, todas as empresas.

De acordo com a Instrução Normativa RFB n.

1911, art. 5º, o aferimento de receita ou faturamento é o fato gerador da Contribuição para o PIS /PASEP e da COFINS. Nesse sentido, sempre que uma pessoa jurídica tiver alguma receita, ela é obrigada legalmente a recolher o PIS e COFINS.

A MP- Medida Provisória 1227 previa que as empresas com créditos acumulados de pagamentos do PIS e COFINS não poderiam usar os valores para abater o pagamento de outros **impostos**, como o Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária, bem como as empresas com créditos presumidos de PIS e COFINS não poderiam mais receber da União em dinheiro que causaria um impacto gigantesco nas empresas, com efeito de forma imediata sobre os preços ( maior crescimento da **inflação** ), cotação do dólar, e negócios na bolsa de valores A previsão do governo federal seria uma arrecadação extra de R\$ 29,2 bilhões, suprimindo, assim, o buraco da desoneração. Tal medida levou o Ministério da Fazenda a buscar soluções, uma vez que, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo e o Congresso um prazo de 60 dias para encontrarem uma fonte de receita para compensar o prolongamento da desoneração da folha de pagamento a 17 setores da economia. Os Poderes Executivo e Legislativo também precisam compensar a redução, de 20% para 8%, da contribuição à Previdência pelas prefeituras de cidades com até 126 mil habitantes.

Mas o que são estas compensações? As compensações tributárias são um mecanismo por meio do qual as empresas obtêm descontos em

**tributos** pagos a mais ao longo da cadeia produtiva. No entanto, brechas e exceções na legislação permitem que as empresas, por exemplo, usem créditos de PIS/COFINS para abater o pagamento de Imposto de Renda.

Um verdadeiro cordão de isolamento contra a ideia estapafúrdia do governo de restringir o uso dos créditos do PIS/COFINS foi montado arregimentando empresários, políticos, economistas e mesmo membros da própria equipe do presidente Lula. Neste sentido, o Congresso, derrubou a Medida Provisória, mas acabou por instalar assim um impasse: sem oferecer alternativa de compensação, abriu um buraco no Orçamento da União.

Ora, a perda de arrecadação, especialmente com a manutenção dos benefícios sobre as folhas de pagamento de 17 setores, é notória, agora solucionar a questão fiscal com o aumento de receitas, sem buscar uma solução um equacionamento dos custos da máquina pública é contraditório, onde segundo os dados do próprio governo, nos mês de janeiro a abril de 2024 a arrecadação da união cresceu 9% ante aos meses período do ano passado, considerando o aumento acima da **inflação**, mas as despesas ,neste mesmo período, aumentou 12 %, caindo por terra a promessa do atual governo de zerar o fiscal neste ano e ou no próximo.

No entendimento dos especialistas, as justificativas do governo federal de que a revisão do PIS/COFINS seria uma forma de consertar as distorções do sistema tributário não se sustentam.

Isso porque trata-se de um cenário em que os setores mais afetados são justamente aqueles que passam a ser prejudicados pelo risco de cumulatividade, aumento relativo dos preços e prejuízo ao fluxo de caixa das empresas, o que resultaria em aumento de preços e por consequência **inflação**, o que não é bom para ninguém.

Site: <https://odia.presslab.com.br>

# Copom deve frear queda da Selic (Artigo)

**JOSÉ MARIA PHILOMENO ADVOGADO E ECONOMISTA**

A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que se encerra hoje (19), deve confirmar as expectativas de uma mudança na trajetória dos juros.

Depois de sete reduções consecutivas na taxa referencial da Selic - tendo caído de 13.75% em 02/08/2023 para 10.50% na última reunião em 08/05 passado a ampla maioria dos analistas dá como certa a interrupção dessa trajetória de queda, com a consequente manutenção da atual taxa.

A justificativa para isso é aquilo que o Banco Central (BC) chama de "desan-coragem das expectativas". Pioraram as projeções de **inflação**, piorou o dólar, que subiu entre a última reunião do Copom e a desta semana, piorou a visão em relação ao ajuste fiscal, a disposição do governo de controle das contas, houve, assim, muito ruído nesse período entre as duas reuniões.

Na reunião passada, os membros do Comitê já decidiram pela redução no ritmo de cortes de 0,50 ponto percentual para 0,25 ponto, citando incertezas nos cenários econômicos externo e interno. A votação foi dividida, com o grupo de diretores indicados por Lula defendendo a manutenção do ritmo de cortes. A expectativa, desta vez, no entanto, é que a decisão seja unânime e desfaça os receios do mercado de uma postura mais tolerante com a pressão sobre os preços na condução da política monetária.

O alerta maior vêm dos relatórios Focus. A mediana das projeções do mercado para a **inflação** em 2024 subiu de 3,90% para 3,96% e em 2025 foi de 3,78% para 3,80% - neste segundo caso, na sétima elevação consecutiva.

Já o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio registrou uma variação de 0,46%. Esse resultado ficou acima da mediana das projeções dos analistas, que era de 0,42%. Os preços de itens fundamentais na mesa do brasileiro, como a batata, chegaram a subir 20,61%.

E, ainda não se pode menosprezar os efeitos avassaladores das terríveis enchentes no Rio Grande do Sul sobre a economia, desacelerando o **PIB** e pressionando intensamente a alta dos preços, em especial dos gêneros alimentícios, como arroz, trigo e laticínios.

Mas o problema vai além dos preços dos alimentos. Estamos atravessando um momento externo difícil, como manutenção de juros altos nos EUA e zona do Euro, intensificação das guerras na Ucrânia e dos conflitos no Oriente Médio, somando-se com pressões no câmbio e nos preços internacionais das commodities.

Tem-se, ainda, que observar a ligação entre a deterioração das expectativas e a situação fiscal, o que se dá pela trajetória da dívida pública, e nesse ponto, o Executivo federal em nada tem colabora para melhorar.

Por fim, o discurso constantemente proferido pelo próprio presidente da República, de que: "o governo vai gastar o que for preciso sem se preocupar em agradar o mercado, que só pensa em ajuste fiscal", se por um lado afaga seu ego populista, na prática, representa um verdadeiro 'tiro no pé', para quem tanto cobra pela redução dos juros.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Crédito deve manter tendência de alta e crescer 0,7%, aponta Febraban

O levantamento especial de crédito da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) revela que o saldo total da carteira de crédito continua em alta e deve crescer 0,7% em maio. Este crescimento é impulsionado principalmente pelos recursos destinados às famílias, que devem aumentar 0,9%, conforme observado nos últimos meses. Caso essa previsão se confirme, o crescimento anual da carteira de crédito deve acelerar pelo quarto mês consecutivo, passando de 8,7% em abril para 8,9% em maio, indicando um cenário favorável para o crédito em 2024.

Ao longo deste ano, o mercado de crédito tem sido impulsionado tanto por políticas públicas no segmento direcionado quanto pela normalização da carteira de empresas no segmento livre.

As projeções são baseadas em dados dos principais bancos do país, que representam entre 41% e 88% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional, dependendo da linha de crédito. A pesquisa da Febraban é divulgada mensalmente como uma prévia dos dados oficiais do Banco Central, que serão publicados no dia 26 de junho nas Estatísticas Monetárias e de Crédito.

Segundo a pesquisa, a carteira de Pessoa Física com recursos livres deve crescer 1% em maio, impulsionada pelo aumento do consumo familiar e pelo bom desempenho dos financiamentos de veículos, favorecidos pela redução das taxas de juros.

A carteira direcionada deve crescer 0,8%, com avanços em várias modalidades, especialmente no crédito imobiliário. A previsão é que o crescimento da carteira para famílias aumente de 10,9% para 11,0%, liderado pela carteira direcionada, que deve passar de 13,4% para 14,1%.

No segmento empresarial, o crédito deve crescer 0,3% em maio, após um recuo em abril, puxado pela carteira direcionada (+0,9%), especialmente devido ao programa Acredita, que inclui o Desenrola Pequenos Negócios, lançado pelo governo federal no final de abril. A carteira livre deve permanecer estável, mas o crescimento anual da carteira de empresas deve acelerar de 5,3% em abril para 5,6% em maio, devido à fraca base de comparação.

"Os dados desta pesquisa apontam para um cenário de crédito ainda mais positivo este ano. Todas as métricas indicam uma melhora no mercado de crédito em 2024, com maior volume de concessões e saldo de crédito, beneficiados pela queda das taxas de juros e moderação das taxas de inadimplência", avalia Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

**Concessões de crédito** As concessões de crédito devem aumentar 0,6% em maio, ou 5,4% ajustado por dias úteis. Esse aumento é impulsionado principalmente pelas operações com recursos direcionados (+11,6%), que se beneficiaram da implementação de programas públicos de crédito, especialmente para empresas. As operações com recursos livres também devem crescer (+4,7%). Comparado a maio de 2023, o resultado indica um aumento de 14,7% na média de dias úteis (ou 10,9% ajustado pela **inflação**).

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>